

**TEOLOGIA DE MERCADO**  
**UMA VISÃO DA ECONOMIA MUNDIAL**  
**NO TEMPO EM QUE OS ECONOMISTAS**  
**ERAM TEÓLOGOS**

*Luis Correa Lima SJ*

No auge do *Século de Ouro* da Espanha, o capitalismo nascente e a moral católica se encontram, na efervescência dos descobrimentos e de diversas transformações. Sevilha se torna o maior porto do mundo. Os seus prósperos mercadores, organizados numa entidade de classe chamada *Consulado dos Mercadores*, encomendam um manual de negócios a um religioso dominicano, que completava seus estudos na renomada Universidade de Salamanca. O religioso era teólogo e especialista nos clássicos gregos e latinos. Chamava-se Tomás de Mercado (*sic !*), provavelmente originário de uma família de mercadores. Ele aceitou a tarefa e publicou, em Sevilha, o volumoso manual com o título de *Suma dos Tratos y Contratos*, com a aprovação do rei e de doze teólogos doutores. O que levou aqueles prósperos mercadores a buscarem a ajuda de um religioso para um assunto em que eles eram exímios profissionais e conheciam tão bem? Que necessidade tinham eles das considerações de um teólogo?

Este fato insólito para o nosso tempo revela um mundo diferente e distante do nosso, que era o século XVI espanhol. O modo de se conceber a economia era outro. A economia estava ligada à moral e à religião; fazia parte da teologia moral e era impensável sem ela. Era

bem diferente, portanto, da *economia clássica* que se formou no século XVIII, com Adam Smith. Aquele manual tinha por finalidade explícita ensinar aos mercadores o que é justo e injusto nos negócios. O dominicano explica que “esta é a primeira coisa que o cristão deve saber neste assunto, para que não perca o bem eterno, tratando do temporal”. A economia concebida como parte da teologia moral é o conteúdo do seu livro.

Tomás de Mercado aborda as grandes questões econômicas do seu tempo, que vive as transformações e as tensões dos descobrimentos. A propriedade, a riqueza, o trabalho, o comércio, o preço justo, o livre mercado, o monopólio, o tabelamento de preços, os metais preciosos, a teoria monetária e a inflação, o câmbio, o banco e o empréstimo, a usura, o tráfico de escravos, tudo isso faz parte de sua obra. Ela não é só teórica, mas amplamente descritiva: o mercado de Sevilha, o comércio transatlântico, as taxas de câmbio em diversos países, enfim, toda a informação necessária para que o mercador possa exercer bem a sua profissão. Trata-se de um dos mais amplos documentos descritivos da vida econômica do século XVI.

Em *Teologia de Mercado*<sup>1</sup> faço uma análise dos *Tratos y contratos*, buscando reconstruir o universo sócio-econômico e cultural daquela época que o tornou possível. Que mundo era aquele? Como surgiu? Que transformações viveu até o advento da economia clássica? Que papel teve a religião no surgimento do capitalismo? Até que ponto é válida a tese de Max Weber, em *A ética protestante e o espírito do capitalismo*? Que tem a ver religião com o capitalismo nos dias de hoje? São questões tratadas neste livro, que faz uma incursão no passado e nos permite ver o presente no horizonte da temporalidade. O manual de mercadores torna-se uma porta de entrada neste mundo distante do nosso, cujo acesso pode até mesmo trazer elementos para questões contemporâneas.

Naquele século vemos as mudanças trazidas pelos descobrimentos, a recém-formada *economia-mundo*, a afluência de metais preciosos, a emergência da burguesia mercantil, e o conflito dos novos sujeitos sociais com as mentalidades agrária e aristocrática. Naquela cristandade encontramos uma piedade mercantil, uma influência decisória dos teólogos nas questões econômicas e um empenho da Igreja Católica na formação dos mercadores.

Há um quadro do pintor flamengo, Quentin Metsys, intitulado *O Banqueiro e sua Mulher* (1514), que ilustra o universo moral e religioso do

---

<sup>1</sup> L.C. LIMA, *Teologia de Mercado: uma visão da economia mundial no tempo em que os economistas eram teólogos*, Bauru: EDUSC, 2001.

homem de negócios daquela época. O banqueiro, no seu ambiente de trabalho, rodeado de instrumentos, pesa o ouro. Provavelmente deve ser ouro americano que chegou a Sevilha e depois foi levado à Antuérpia. Ao lado do ouro está um punhado de pérolas. Ao lado do banqueiro está sua mulher com um livro aberto. O livro não é de contabilidade, mas sim um livro de piedade cristã, provavelmente a *Liturgia das horas*. Está aberto numa página em que aparece a Virgem Maria com outro livro aberto, ensinando o Menino Jesus. A mulher do banqueiro, por um instante interrompe a leitura do livro, que permanece aberto, e se volta para a balança que está nas mãos dele. Assim como a Virgem Maria, com o livro aberto, se volta para o Menino Jesus, a mulher do banqueiro com o livro aberto, se volta para ele, numa evidente analogia. Como se fosse uma ampliação, a mulher do banqueiro está no lugar da Virgem Maria e o banqueiro está no lugar do Menino Jesus. Em cima da mesa, há um espelho que mostra a janela do escritório e uma terceira pessoa. Na janela se vê o mundo exterior: a torre de uma igreja e o muro do edifício em que está situado o banco.

O banqueiro e sua mulher são figuras simétricas, ocupando o mesmo volume no quadro. Estão inclinados um para o outro numa expressão de serenidade e harmonia. Que nos mostra Metsys neste quadro cheio de simbolismo? A mulher é a imagem da religião cristã e o banqueiro é a imagem do mundo dos negócios, que age em estreita união com a religião cristã. A moral e a economia não estão separadas e em divergência, mas unidas e em perfeita harmonia. Assim como a Virgem Maria ensina e educa o Menino Jesus, a Igreja Católica ensina e educa o homem de negócios na intenção que ele deve ter e nos meios que há de utilizar, para que possa ganhar sua vida de modo a não perder a vida futura.

A ciência econômica, na época chamada “os negócios”, era tratada pelos teólogos nos comentários a Santo Tomás de Aquino, nos tratados *De justitia et jure* (Da justiça e do direito), nos manuais dos confessores e nos manuais dos mercadores. Os teólogos participavam de organismos governamentais que tratavam dos negócios. No caso da Espanha havia a *Junta de Reformation*, uma instância administrativa que discutia as situações econômicas difíceis.

Os comerciantes faziam consultas freqüentes aos teólogos sobre a moralidade de certos negócios. Na teologia moral encontravam a resposta para o que é justo e injusto em matéria de comércio, câmbio e empréstimos. Por diversas vezes, os mercadores espanhóis que atuavam em Antuérpia enviaram representantes à Universidade de Paris para sanar dúvidas sobre a liceidade de determinadas operações econômicas. Muitos homens de negócio eram capazes de suspender uma operação econômica, se fosse comprovada a sua imoralidade, mesmo que isso lhes acarretasse prejuízo financeiro.

Em 1548, o preboste dos mercadores de Paris, uma espécie de superintendente com funções de magistrado, consultou os teólogos da Sorbona sobre a liceidade do lucro de oito por cento. Consultas desse gênero eram freqüente, feitas por comerciantes flamengos, franceses, ingleses, espanhóis e italianos. O jesuíta Diogo Laínez, teólogo do Concílio de Trento e futuro Superior Geral da Companhia de Jesus, também atuou na moral econômica. Depois da segunda fase do Concílio, ele esteve em Gênova (1553-1554) e foi nomeado pelo governante membro de uma comissão de doutores, cuja finalidade era estudar e esclarecer o problema dos negócios e a liceidade dos contratos que os comerciantes faziam. Nesta ocasião ele escreve um tratado sobre este assunto<sup>2</sup>.

Anos depois, os mercadores italianos em Antuérpia assediaram o cardeal Bellarmino, que por lá passava, para que ele resolvesse problemas morais de negócios. O cardeal, que não era muito familiarizado com este assunto, acabou por se retirar da cidade para se ver livre do assédio dos seus compatriotas.

O protagonismo dos teólogos na ciência econômica é extraordinário. Segundo Schumpeter, a economia política ganha existência definida, senão independente, integrada no sistema de teologia moral e direito da escolástica e são os doutores escolásticos que, mais do que qualquer outro grupo, merecem o título de fundadores da ciência econômica<sup>3</sup>. O tratamento conceitual preciso e minucioso, a lógica da exposição e o enquadramento sistemático das matérias favoreceram o desenvolvimento desta ciência que depois veio a se chamar *economia*. Os escolásticos perceberam a autonomia dos fenômenos econômicos, ainda que relativa, pois estes deviam ser vinculados à moral. Ao que tudo indica, a primeira obra que trata especificamente de um tema econômico é o *Tratado sobre a Moeda*, de Nicolau Oresmo, em meados do século XIV<sup>4</sup>.

A teoria de valor, custo e preço da escolástica é realista e perspicaz. Ela foi aproveitada por Adam Smith, que nada de novo acrescentou. Nesta matéria, a fonte da economia clássica é a escolástica e não o mercantilismo<sup>5</sup>. A sua influência chegou a A. Smith e seu mestre Francis

---

<sup>2</sup> D. LAÍNEZ, *Disputatio de usuris variisque negotiis mercatorum*, apud J. M. GALLEGU, “Diego Lainez y el cambio de Besanzon” in *Archivo Teológico Granadino* 19 (1956) 5-54.

<sup>3</sup> J. A. SCHUMPETER, *História da análise econômica*, t. I, Rio de Janeiro: Aliança para o progresso, 1964, pp. 127-128.

<sup>4</sup> N. ORESMO *Tractatus de origine juris nec non et de mutationibus monetarum*, circa 1350-1360.

<sup>5</sup> J. A. SCHUMPETER, *Op.cit.*, p. 380: “Está tudo em Adam Smith’ era uma expressão favorita de Marshall. Mas podemos também dizer: ‘está tudo nos escolásticos”.

Hutcheson através de H. Grócio, J. Locke e S. Pufendorf. Estes autores conheceram a teoria de valor da escolástica através da obra do jesuíta belga Leonardo Léssio (1551-1623), que difundiu o pensamento econômico da sua época no norte da Europa.

Ao afirmar pontos de continuidade entre a escolástica e a economia clássica, não queremos negar as diferenças, que são várias. Uma delas é que os escolásticos não imaginavam a economia como um sistema, um mecanismo onde todas as partes estão interligadas. Esta idéia é estranha para eles. A noção que tinham de equilíbrio é rudimentar. A questão fundamental para eles não é o equilíbrio do sistema econômico, mas a justiça na sociedade, que inclui as relações de troca.

O chamado *Século de Ouro* espanhol não coincide exatamente com o século XVI, mas é uma época que vai da segunda metade do século XV (descobrimto da rota atlântica para a Costa Africana e o Oriente, descobrimto da América e expulsão dos mouros) até meados do século XVII, com o fim da união das coroas ibéricas (1640). O *Século de Ouro* conheceu também um revigoramento da escolástica, sobretudo na Península Ibérica. A escolástica superou a decadência que vivia no final da Idade Média, com especulações inúteis e uma quase esterilidade intelectual. Houve uma revalorização dos clássicos, uma volta aos textos dos antigos, que se libertaram dos comentários artificiais do fim da Idade Média. A obra de Santo Tomás foi imensamente valorizada e ele se tornou o *doctor communis* (doutor comum). As questões surgidas com os descobrimtos, o fortalecimento das monarquias e a expansão comercial foram abordadas pelos autores escolásticos na moral e no direito, onde se tratou, entre outras coisas, da política, da economia e do direito internacional. Este revigoramento escolástico é conhecido como a *segunda escolástica*, e teve como seus maiores expoentes Francisco de Vitória (1480-1546), Luís de Molina (1535-1601) e Francisco Suarez (1548-1617). Quando a América foi descoberta, fundaram-se três universidades já nos primeiros cinqüenta anos do seu descobrimto: Santo Domingo, Lima e México. A segunda escolástica se difundiu rapidamente pela Europa e pelo Novo Mundo. As grandes controvérsias dos tratados de Molina e Suarez corriam as universidades e os centros de estudo, incluindo a ampla rede de colégios da Companhia de Jesus. O latim, língua comum dos centros de estudo, facilitou essa difusão, bem como a união das duas monarquias no período de 1580 a 1640.

Neste ambiente efervescente e estimulante surge um grupo de autores que reflete sobre vida econômica e seus novos desdobramentos. Este grupo é constituído pelo dominicano Francisco de Vitória e seus colegas, discípulos e continuadores. O grupo inclui Saravia de la Calle, Domingos Soto, Azpilcueta Navarro, Francisco García, Miguel de

Cellorigo, Luís de Molina, Pedro de Valencia e Juan de Lugo. Eles receberam o nome de *A Escola de Salamanca*, por causa da Universidade de Salamanca, onde vários estudaram e lecionaram. Nem todos passaram por lá, mas estão ligados ao seu universo intelectual. A Escola de Salamanca tratou da propriedade privada, do socorro dos pobres, dos impostos, do preço, do lucro, do câmbio, do sistema bancário e do crédito. Estas eram as grandes questões econômicas da época, que interessavam aos mercadores, cambistas, banqueiros, governantes, magistrados, funcionários públicos e teólogos.

Os teólogos tinham que se ocupar da moral e do sacramento da penitência. Este sacramento é intensificado depois da Reforma Protestante, até mesmo como reação a ela. Os párocos e demais padres confessores se vêem diante de novos problemas trazidos pelo capitalismo nascente, que devem ter uma resposta e uma orientação da parte da Igreja. Os teólogos se viram na obrigação de tratar das novas questões econômicas suscitadas, desenvolver a doutrina e produzir uma literatura especializada para os confessores. Assim nasceram os grandes manuais de moral teórico-prático, muito numerosos depois do Concílio de Trento. Foram contados cerca de seiscentos títulos entre 1564 a 1670<sup>6</sup>. Multiplicaram-se os *Enchiridium Confessorum* (Manual dos Confessores). Azpilcueta Navarro teve o seu *Manual de Confessores* (1549) amplamente divulgado. Em menos de cem anos, ele contou com oitenta edições em diversas línguas, atingindo as principais cidades européias<sup>7</sup>. Havia exemplares em todas as bibliotecas públicas e privadas da Espanha, bem como em todas as províncias das *Índias*. Surgiram os tratados *De Iustitia et iure* e similares, que abordavam de forma sistemática a economia. Os mais famosos foram os de Soto, Molina, Lésio e Lugo.

O *Século de Ouro* termina com uma decadência econômica da Espanha e um desenvolvimento comercial e econômico de outros países. A época seguinte verá um declínio da escolástica, um avanço no processo de secularização da sociedade e da economia, e um desenvolvimento capitalista no norte da Europa, com o deslocamento do pólo da economia-mundo para países de maioria protestante. Estes acontecimentos encerram um ciclo de hegemonia do mundo mediterrânico e da influência católica escolástica. O encerramento deste ciclo nos ajuda a avaliar a importância da obra de Tomás de Mercado e da Escola de Salamanca.

<sup>6</sup> M. ANDRES, *La teología española en el siglo XVI*, t. II, Madrid: Catolica, 1977 p. 502.

<sup>7</sup> A primeira edição de 1549 foi em língua portuguesa. A edição italiana se intitula: *Manuale de'confessori e penitenti* com *Commentario resolutorio delle usure* e *Commentario resolutorio de' cambi*, Veneza, 1569.

Na decadência econômica da Espanha, houve uma confluência de fatores desfavoráveis no nível político, econômico e social: a emergência de outra potência comercial concorrente; um Estado guerreiro e gastador; uma indústria nacional frágil e insuficiente, que levou à importação em massa e à evasão de divisas; uma sociedade marcada pelo espírito fidalgo e sem elã comercial e empreendedor. Não faltaram vozes lúcidas e corajosas, que compreenderam o problema e protestaram, mas não foram capazes de evitar o declínio.

A sociedade espanhola era muito mais influenciada pela aristocracia, pelo alto clero, pela nobreza de toga do que pelos mercadores e homens de negócio. Era uma sociedade muito mais aristocrática do que burguesa. Mais de sete séculos de luta contínua contra o Islã marcaram o caráter nacional espanhol: fidalgo, guerreiro e apaixonado por grandes façanhas. Ao mesmo tempo que era ativo e enérgico na guerra, era indolente e apático nas artes da paz. Olhava com altivez e desprezo, como impróprio de cavaleiro, o trabalho dos campos e as negociações do comércio e da indústria<sup>8</sup>. O espírito de dom Quixote prevalecia. A prata das Índias, abundante e torrencial, sustentou um mecanismo de parasitismo colonial, que bancava os costumes suntuosos dos grandes e os enormes gastos do Estado<sup>9</sup>. A prata chegou ao fim.

Antes da decadência, no auge da prosperidade, Tomás de Mercado encorajou a vida mercantil e os negócios. Tentou convencer a sociedade espanhola que viver dos negócios é uma fidalguia, seja como mercador, como cambista ou como banqueiro. Não é necessário pertencer à nobreza para ter fidalguia. É possível tê-la vivendo dos negócios. Mercado quis convencer os mercadores a não serem esbanjadores nem levarem uma vida faustosa, mas modesta e industriosa. Quis criar um espírito empresário, com mercadores bem preparados, cultos, cosmopolitas e sensíveis ao bem da república. Ele não teve culpa da decadência de seu país, motivada em grande parte pela mentalidade aristocrática que desprezava os negócios e o trabalho manual em favor do ócio, do esbanjamento e da guerra. O espírito de dom Quixote prevaleceu sobre o espírito mercantil. Dom Quixote venceu Tomás de Mercado.

Além da escolástica, a expansão comercial européia do século XVI ao século XVIII também conheceu outras formas de pensamento econômico que a acompanharam. A mais importante e conhecida delas veio

---

<sup>8</sup> J. LARRAZ, *La época del mercantilismo en Castilla (1500-1700)*, Madrid: Atlas, 1943, p. 103.

<sup>9</sup> P. VILAR, "El Tiempo del Quijote" in: *Crecimiento y desarrollo — economía e historia, reflexiones sobre el caso español*, Barcelona: Ariel, 1964, pp. 431-448.

a se chamar *mercantilismo*. A preocupação maior dos mercantilistas era a prosperidade econômica dos seus respectivos países, baseada no comércio. Defendiam interesses nacionais e particulares, o sistema colonial, o uso de medidas agressivas contra as nações competidoras, interessavam-se pelo balanço de pagamentos e tudo que fosse relevante para a prosperidade nacional.

Tomás de Mercado é classificado como um dos primeiros mercantilistas espanhóis<sup>10</sup>. É certo que ele incentivou o comércio e estava preocupado com a prosperidade “de nuestra España, republica feliz”. Queria coibir a evasão de divisas e manter dentro da nação a fonte da riqueza que eram os metais preciosos. Denunciou as “aves de rapina” (os estrangeiros com seus “câmbios e recâmbios”) para proteger os seus compatriotas que trabalhavam duro nas minas e se arriscavam nas viagens ultramarinas. Era um escolástico mercantilista, que acompanhou a prosperidade sevilhana. Mas o nosso frade tinha como principal propósito mostrar que intento o mercador deve ter nos seus negócios e que meios há de escolher, para ganhar sua vida de modo a não perder a vida futura. Esta preocupação não existia nos mercantilistas. Mercado é uma exceção. No processo de secularização da sociedade, as questões morais e religiosas foram sendo relegadas ao âmbito individual e privado. Elas não entram nos negócios.

A economia escolástica era regida por uma moral ontológica, calcada nas idéias de ser, de bem e de justiça, recorrendo freqüentemente à Revelação, critério supremo da verdade. Um novo paradigma começa a tomar corpo e logo se tornará a base do pensamento econômico: o interesse. A partir do século XVII, o interesse passa a ser visto de outra maneira. Muitos estavam convencidos de que era impossível controlar as paixões destrutivas inerentes à natureza humana através de exortação moral ou de ameaça de condenação eterna. A filosofia moral e os preceitos religiosos não bastavam. Ao invés de reprimir, é necessário mobilizar as paixões. Paixões menos pecaminosas e moralmente mais toleráveis devem se sobrepor às paixões mais perigosas e avassaladoras. O interesse, a ambição, a avareza, o orgulho e outras paixões contrabalançam, no homem e na nação, a força da preguiça e da inércia. É o que Hirschman chamou de “princípio da paixão equivalente contrária”<sup>11</sup>. Assim, o interesse, o amor ao ganho, o desejo de obter vantagem econômica se tornaram paixões *razoáveis*. O mundo governado pelo interesse teria constância e previsibilidade. O iluminismo do século XVIII estava convencido da possibilidade de se conciliar o interesse

<sup>10</sup> M. GRICE-HUTCHINSON, *Ensayos sobre el pensamiento económico en España*, Madrid: Alianza, 1995, p. 107.

<sup>11</sup> A.O. HIRSCHMAN, *As Paixões e os interesses: argumentos políticos a favor do capitalismo antes de seu triunfo*, São Paulo: Paz e Terra, 1979.



pessoal com o interesse coletivo. Adam Smith, iluminista escocês e filósofo moral, propõe-se a realizar esta conciliação na ciência econômica, concebendo a teoria da “mão invisível”.

Ao tratarmos do encontro da moral católica com o capitalismo nascente, não podemos ignorar o debate sobre a influência da religião nos primórdios do capitalismo. Até que ponto o favoreceu? Até que ponto foi obstáculo? Que papéis desempenharam as religiões ocidentais (catolicismo, protestantismo e judaísmo) no surgimento do capitalismo? Esta questão já antiga se tornou bastante conhecida pelo trabalho do sociólogo alemão Max Weber (1864-1920), sobretudo a sua obra: *A ética protestante e o espírito do capitalismo*<sup>12</sup> (1904-1905), que virou um clássico de sociologia da religião. Embora a questão seja bastante ampla, há um ponto que nos toca: a imagem do catolicismo na *Ética protestante*. Sem negar a merecida grandeza de Weber nas ciências sociais, e um conjunto de importantes intuições sobre as confluências do protestantismo e do capitalismo, ele faz algumas considerações sobre o catolicismo e a economia escolástica que são equivocadas. O amplo sucesso de sua obra propaga também estes equívocos, apesar da refutação de outros estudos posteriores, que, no entanto, são menos conhecidos.

Para Weber, o capitalismo se caracteriza sobretudo pela racionalização do trabalho e da produção em vista do lucro, e pela impessoalidade e burocratização das relações de troca, mediadas pelo livre mercado. Ele gera grandes transformações na cultura e na sociedade. A racionalização da vida e da conduta tem origem no ascetismo monástico, onde a vida é metódica, produtiva e frugal. A Reforma Protestante criou um *ascetismo laico* e um conceito de *vocação* que fez da atividade intramundana do ser humano a realização da vontade divina. No ambiente calvinista, *vocação* passou a incluir o trabalho incansável do empresário capitalista. O controle social exercido pelas seitas protestantes sobre os seus membros limitava o consumo, valorizava o trabalho e a honestidade e dava-lhes credibilidade no mundo dos negócios. O dogma calvinista da predestinação *retirou* os sinais que davam a segurança da salvação, sobretudo os sacramentos, e impeliu os fiéis ao trabalho infatigável e a uma vida extremamente sóbria e autocontrolada. Assim, a moral protestante favoreceu o capitalismo, numa relação denominada *afinidade eletiva*.

Outros trabalhos posteriores de Weber retomam o tema, como o ensaio “As Seitas Protestantes e o Espírito do Capitalismo”<sup>13</sup>, partes do

---

<sup>12</sup> Publicada inicialmente em dois artigos da revista alemã *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik* e posteriormente reunidos num livro (cf. tradução brasileira: São Paulo:Pioneira, 1994).

<sup>13</sup> in *Ensaio de sociologia*, Rio de Janeiro: Guanabara/Koogan, 1982, pp. 347-370.

Livro *Economia e sociedade*<sup>14</sup>, o capítulo “Confucionismo e puritanismo” do livro *A Religião da China*<sup>15</sup> e o livro póstumo *História geral da economia*<sup>16</sup>. Estes outros textos, apesar de menos conhecidos, ajudam a entender melhor o argumento weberiano e nos servem para encaminhar a discussão.

As chamadas *religiões éticas*, que incluem o cristianismo, possuiriam, pela sua própria natureza, uma desconfiança e um mal estar em relação ao capitalismo, por causa das relações impessoais dentro do seu sistema econômico. Este mal estar, no caso do catolicismo e do luteranismo, teria se tornado uma profunda aversão, resultante do ódio a esta impessoalidade, pois ela retira as relações humanas da influência da Igreja e exclui a possibilidade de serem moralmente inspiradas e vigiadas<sup>17</sup>.

Os sentimentos que a Igreja Católica fomenta são sentimentos não capitalistas e em parte anticapitalistas. Ela não condena o afã de lucro nem as demais coisas deste mundo. Permite-os a quem carece de carisma suficiente para seguir os conselhos evangélicos, ou seja, a castidade, a pobreza e a obediência que tradicionalmente caracterizam a vida monástica e religiosa. Para Weber, no catolicismo não há uma ponte entre a atitude racional, metódica, em vista da empresa capitalista, que tem o lucro como critério, e os ideais supremos de sua moralidade objetiva. Pela moral monástica supera-se a moralidade deste mundo. O matrimônio, a profissão, a indústria e o Estado têm uma valoração moralmente inferior, bem como o mundo do cotidiano e a esfera do econômico. Na Igreja do Ocidente (e no budismo) criou-se somente para o monge um método ascético<sup>18</sup> racional, uma atitude encaminhada a uma finalidade unitária<sup>19</sup>.

A distinção entre moral monacal e moral de massas significou que os indivíduos de maior vocação religiosa se separaram do mundo para formar uma comunidade especial. O *virtuosismo religioso* é um exemplo irrelevante para a vida cotidiana; suas exigências representam uma aspiração, mas não são decisivas para a moral de cada dia<sup>20</sup>. Configurou-se um dualismo entre “mundo” e os ideais ascéticos que somente

<sup>14</sup> M. WEBER, *Economia y sociedad*, 2 vol., México / Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1964.

<sup>15</sup> Idem, “Conclusions: confucionism and puritanism”, in *The religion of China*, New York: Free Press, 1968, pp. 226-249.

<sup>16</sup> São Paulo: Mestre Jou, 1968.

<sup>17</sup> M. WEBER, *História geral da economia...*, *Op.cit.*, p. 312.

<sup>18</sup> De *ascese* (do grego *áskesis*: exercício) — exercício que leva à plenitude da vida moral, ligado ao autodomínio e à espiritualidade.

<sup>19</sup> M. WEBER, *Economia y sociedad...*, *Op.cit.*, p. 920.

<sup>20</sup> Idem, *História geral da economia...*, *Op.cit.*, p. 317.

podem se realizar mediante o abandono do primeiro. Este ideal religioso levava a um *Weltfremdheit*, alheamento do mundo, e a uma indiferença frente aos bens terrestres<sup>21</sup>.

O autor resume a moral econômica da Igreja na máxima: *homo mercator vix aut numquam potest Deo placere* (o comerciante dificilmente ou nunca pode agradar a Deus). Esta máxima contida no *Decretum* de Graziano, do século XII, teria vigorado até o século XV; somente a partir de então procurou-se pouco a pouco atenuá-la, sobretudo em Florença, por causa das novas circunstâncias econômicas<sup>22</sup>. A concepção de ganhar dinheiro como um fim em si, à qual algumas pessoas estiveram ligadas, como a uma vocação, foi contrária aos sentimentos éticos de épocas inteiras. O desejo de lucro era considerado por Santo Tomás como *turpitudine* (infâmia). Apesar disso, nas cidades italianas houve um alto grau de concessão da doutrina católica aos poderes financeiros com os quais a Igreja tinha relações bastante íntimas, contrastando com pontos de vista radicalmente anticrematísticos de outros ambientes. Entretanto, mesmo onde a doutrina estava mais acomodada aos fatos, como em Antonino de Florença, este sentimento de aversão nunca desapareceu totalmente. A atividade dirigida para a aquisição e pela aquisição era, no fundo, um *puendum* (vergonha) que devia ser tolerado somente por causa das necessidades inalteráveis da vida neste mundo. Enquanto estiveram presos à tradição da Igreja, a vida profissional dos capitalistas era, na melhor das hipóteses, algo moralmente indiferente ou tolerado. Entretanto, por causa do constante perigo de choque com a doutrina eclesiástica sobre a usura, esta vida era algo perigoso para a salvação<sup>23</sup>.

A postura da Igreja na Idade Média resultou numa moral econômica apoiada na norma do *justum pretium*, o custo acrescido de uma margem de lucro, excluindo o regateio e a livre concorrência, e assegurando a todos a possibilidade de viver<sup>24</sup>. Não há satisfação espiritual pelo trabalho profissional. O *Deo placere non potest* é a última palavra da Igreja à empresa racional, impessoal, com vistas ao lucro. É verdade que a Igreja teria feito concessões à teoria do *justum pretium* no final da Idade Média, nas cidades do norte da Itália, mas ela não exerceu uma verdadeira influência sobre as instituições econômicas. Penosamente se pode falar de um *programa econômico* próprio da Igreja. As influências religiosas que atuaram de modo decisivo foram as seitas, principalmente os quakers<sup>25</sup>.

<sup>21</sup> Idem, *A ética protestante...*, *Op.cit.*, p. 23.

<sup>22</sup> Idem, *História geral da economia...*, *Op.cit.*, p. 312.

<sup>23</sup> Idem, *A ética protestante...*, *Op. cit.*, pp. 48-49.

<sup>24</sup> Idem, *História geral da economia.*, *Op. cit.*, p. 312.

<sup>25</sup> Idem, *Economia y sociedad...*, *Op. cit.*, pp. 919-20.

Estas e outras afirmações de Weber são analisadas no nosso livro, que procura ao mesmo tempo levantar o *status questionis* do debate sobre *A ética protestante* e confrontá-la com o nosso estudo sobre a economia escolástica.

Para concluir, qual é a importância de Tomás de Mercado e da economia escolástica? São antes de tudo uma amostra do influxo católico na vida mercantil do capitalismo nascente. É obra de um religioso dominicano simultaneamente versado em teologia, nos autores clássicos e nas questões econômicas. Ela tem a erudição clássica, ainda que contida, ao gosto da burguesia mercantil ilustrada. A sua moral econômica estava em dia com a teologia e o conhecimento econômico de então, ainda que, em algumas questões, Mercado não fosse tão avançado quanto outros dos seus contemporâneos. Com vasta informação econômica, os *Tratos* são o mais importante manual de mercadores do seu tempo e uma das maiores obras de descrição econômica da época. Ao passar do latim para o espanhol, dirigindo-se aos mercadores, Mercado trouxe a ciência econômica dos eruditos e doutos círculos acadêmicos para as praças e as “gradas” (escadarias das catedrais) onde se comprava e se vendia, trocava-se moeda e se fazia empréstimo. O mercador tinha em mãos um vasto material informativo e doutrinário. No entanto, a maior contribuição de Mercado para o capitalismo nascente talvez seja a defesa do mercador e do negociante, numa cultura fortemente nobiliárquica e desprezadora do trabalho manual e do homem de negócios.

Os *Tratos* testemunham a credibilidade da Igreja em questões sócio-econômicas, apesar da crítica posterior de empiristas e iluministas qualificando os escolásticos como obtusos. Ainda hoje há reminiscências desta crítica. A obra de Mercado contém elementos de doutrina social com validade permanente no pensamento cristão. A ordem econômica como colaboração entre as criaturas de um mesmo Deus, a vida material com sentido transcendente — como caminho para Deus, o senso do bem comum, a equidade nos negócios, o valor do trabalho e o justo sustento, a denúncia da exploração e do esbanjamento, a gratuidade e o auxílio aos pobres, sempre fizeram parte dos valores estimados pela tradição judaico-cristã e são o núcleo da doutrina social da Igreja.

Há quem pretenda enxergar em Mercado e em seus colegas os pioneiros do capitalismo liberal, os precursores de Hayek e Friedman. Ledo engano! Aqueles escolásticos defenderam, sim, o livre mercado, a equidade das trocas; e combateram o monopólio. Mas a concepção de uma sociedade e uma economia regidas pelo interesse pessoal que redundava no interesse coletivo, era inaceitável para eles. A sociedade devia ser regida pela idéia de bem e de justiça. A cobiça era fortemente rejeitada.

A separação entre moral e economia, gestada nos tempos de Mandeville, tornou-se um fato consumado com Adam Smith. A ciência econômica refletiu e legitimou a práxis do mundo dos negócios e sua lógica. Esta ruptura não deixa de trazer problemas. O homem é um ser ético. Tem uma ação que quer ser justificada pela razão. Separando moral e economia, a ação econômica fica confinada dentro de uma parcela da razão que é a razão instrumental ou utilitária. As relações de troca ficam privadas da razão substantiva, que é a possibilidade da razão pensar o todo da existência humana.

Esta ruptura é parte do processo da modernidade, que operou a secularização e a segmentação da sociedade. Ele criou domínios fragmentados da razão, onde reinam racionalidades parciais, com lógicas determinadas. Conseguiu resultados surpreendentes. No campo econômico, houve um desenvolvimento sem precedentes. A humanidade conheceu uma prosperidade e uma afluência de bens jamais imaginadas. Os problemas, contudo, não desapareceram. Alguns foram resolvidos, mas outros surgiram em seu lugar. A fragmentação do mundo moderno gera o desejo de reencontrar o sentido da realidade vivida e de reconstruir a razão substantiva. O debate interdisciplinar, que nos últimos tempos ganhou muita importância, é um indício dessa procura.

O quadro de Quentin Metsys, *O Banqueiro e sua Mulher*, é um emblema do mundo mercantil piedoso, da religião unida à atividade econômica, que conheceu a serenidade e a harmonia. Esta união certamente não estava isenta de tensões e conflitos. Entretanto, era uma situação bastante diferente do que veio a ocorrer séculos depois, quando a economia se separa da moral, e o secularismo impele a religião ao âmbito meramente privado. O resultado deste processo é a perda de um sentido coletivo da vida e do mundo, de um sentido global da existência compartilhado coletivamente. A hegemonia da racionalidade econômica e a enorme afluência de bens alcançada não devolvem a serenidade e a harmonia que estão aí retratadas. O vazio existencial que surge é preenchido pelo consumo sem limites, numa cultura onde o indivíduo é visto como um fim em si mesmo, sem transcendência e sem vínculos de solidariedade, e onde a sua felicidade consiste no mero uso e gozo dos bens terrestres.

O mundo do *Banqueiro e sua Mulher*, em que Tomás de Mercado viveu, faz parte do passado e não volta mais. Não é razoável querer uma volta ao passado. No entanto, a memória desta época é um testemunho de que o mundo já foi diferente, e que o presente não é definitivo. A separação entre moral e economia e a redução da religião ao âmbito privado são construções históricas. Não foi assim desde o princípio, e não há nenhuma obrigação intrínseca de que isto seja

imutável. Por mais poderoso que seja o capitalismo liberal nesta virada do milênio, nada indica que a ele estamos condenados para sempre. Não há fatalismo. Os que buscam alternativas para a sociedade e a economia podem nutrir esperanças.

Não sabemos quanto tempo vai durar a modernidade e suas racionalidades fragmentadas. Pode ser que ainda dure muitos séculos, mas nada a obriga a durar para sempre. A história humana é uma história aberta, que não acabou, apesar de alguns falarem do fim da história. E uma das possibilidades dessa história no futuro é a de reconstruir a razão substantiva, onde a economia, a moral e a religião possam se aproximar novamente, redescobrando um sentido coletivo da vida e do mundo.

**Luis Correa Lima SJ**, é historiador. Fez mestrado em História Social na PUC-RJ e atualmente é doutorando na mesma área, na Universidade de Brasília. É membro do IBRADES (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento), órgão da CNBB de pesquisa e ação social, que atua na formação para a cidadania. Publicou *Teologia de Mercado: uma visão da economia mundial no tempo em que os economistas eram teólogos*, Bauru: EDUSC, 2001.

**Endereço:** IBRADES  
Av. L-2 Norte, Q 601-B  
70830-010 Brasília — DF  
e-mail: lclima@zaz.com.br